

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 110.702 - MT (2019/0094584-0)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : RICARDO DE ALMEIDA FRANCA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

DECISÃO

Neste recurso, que se volta contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso no HC n. 1001506-50.2019.8.11.0000, postula-se a imediata revogação da prisão preventiva de **Ricardo de Almeida Franca** nos Autos n. 6871-09.2018.8.11.0010, da 3ª Vara Criminal da comarca de Jaciara, aos argumentos, em suma, de falta de motivação idônea a amparar a custódia e de indevida inovação argumentativa por parte da Corte *a quo*.

É o relatório.

À primeira vista, pelo que se depreende da leitura da decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva, presentes os pressupostos da concessão da medida de urgência.

Confira-se o teor do *decisum* (fl. 15 – grifo nosso):

[...]

Após detida análise dos autos, verifico a impossibilidade, ao menos momentânea, para a concessão da liberdade provisória.

Registre-se novamente, por oportuno, que a prisão preventiva não tem cabimento quando são recomendadas e suficientes outras medidas cautelares previstas na novel legislação, a teor do que estabelece o art. 282 do CPP; contrário sensu, quando as medidas cautelares alternativas não forem suficientes para a finalidade de evitar a prática de infrações penais (CPP, art. 282, I, c.c. art. 310, II), não resta alternativa senão lançar mão da medida extrema da prisão preventiva.

Da análise dos autos, verifica-se que a liberdade provisória, ainda que acompanhada por alguma das medidas cautelares alternativas, não é suficiente para o desiderato legal, não sendo recomendada para o específico caso em apreço, pelo menos por ora.

Nesse passo, verifico que se encontram presentes todos os requisitos e fundamentos para a prisão preventiva.

É certo que a providência cautelar só deve ser decretada após a constatação da prova de existência do crime e indício suficiente da autoria. Exige-se, pois, o "fumus comissi delicti", um dos requisitos da tutela cautelar.

Materialidade e indícios suficientes de autoria bem delineados nos autos.

Com relação à autoria, cumpre salientar que, nesta fase, descabe uma análise

perfunctória da responsabilidade da autuada nas infrações. Isso só deve ser feito por ocasião da prolação da sentença.

Neste momento, há que se contentar com os indícios suficientes de autoria, que, no dizer de Guilherme de Souza Nucci ("Código de Processo Penal Comentado", 32 ed. RT, 2004), "trata-se da suspeita fundada de que o indiciado ou réu é o autor da infração penal. Não é exigida prova plena da culpa, pois isso é inviável num juízo meramente cautelar, muito antes do julgamento do mérito".

Passo a analisar se estão consubstanciados os fundamentos da prisão preventiva, de acordo com a disposição do artigo 312 do Código de Processo Penal, cuja presença resulta na conclusão da existência do "periculum libertatis".

O ato praticado pelo autuado representa fundamentos mais que suficientes para o decreto cautelar de prisão, uma vez que estão concretamente demonstrados nos autos, com base em elementos objetivamente delineados.

Dessa forma, verifica-se claramente não ser recomendada a liberdade provisória ou qualquer das medidas cautelares alternativas à prisão.

Dessa forma, não recomendada à concessão da liberdade provisória (art. 310, II, do CPP) ou a adoção das medidas cautelares do art. 319 do CPP, a conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva é medida que se impõe, sob os fundamentos da garantia da ordem pública e por conveniência da instrução criminal.

Ante o exposto, com fundamento no art. 310 do Código de Processo Penal, RECEBO o auto de prisão em flagrante e, com fulcro no inc. II do mesmo dispositivo, CONVERTO A PRISÃO EM FLAGRANTE EM PRISÃO PREVENTIVA.

Como se vê, a prisão cautelar está fundada na referência genérica à necessidade de se garantir a ordem pública e a adequada instrução criminal, sem indicação de elementos que efetivamente demonstrem a real necessidade da medida.

Tal a circunstância, **defiro** medida liminar para permitir que **Ricardo de Almeida Franca** aguarde em liberdade o julgamento deste *writ*, se por outra razão não estiver preso e ressalvada a possibilidade de haver decretação de prisão e aplicação de medidas cautelares diversas, caso se apresente motivo concreto para tanto.

Advirtam o recorrente da necessidade de permanecer no distrito da culpa, atendendo aos chamamentos judiciais.

Comunique-se, com urgência, ao Juízo de origem para que sejam tomadas imediatas providências, solicitando-se-lhe informações a respeito do andamento do Processo n. 6871-09.2018.8.11.0010, bem como sobre a atual situação do recorrente.

Após prestadas, ouça-se o Ministério Público Federal.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2644 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 04 de Abril de 2019 Publicação: Sexta-feira, 05 de Abril de 2019

Publique-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

